



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

RESUMO		
	PROMOTOR	
	Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Governo do Estado do Pará, através da Vice-Governadoria, órgão integrante da Administração Pública Direta, inscrita no CNPJ nº 03.760.025/0001-81, UASG nº 930287, sediada na Av. Dr. Freitas, nº 2.531, Bairro do Marco, Cep: 66.087-812, Belém/PA, representada pela Diretora Geral de Programas Especiais, Sra. SHIRLEY SANTOS ARAÚJO, estará realizando, através da modalidade Pregão, na forma Eletrônica a aquisição de MICROCOMPUTADORES, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 , e por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, instituído pela Portaria nº 026/2023-GVG de 09 de maio de 2023.	
	OBJETO	O objeto da presente licitação é a aquisição de MICROCOMPUTADORES , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
	MÉTODO DE DISPUTA	Aberto/fechado
	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor Preço
	ENTREGA	
	Forma	Em parcela única.
	Prazo	30 dias corridos após a emissão da nota de empenho
	Local	Vice-Governadoria do Estado do Pará, Av. Dr. Freitas, nº 2531, próximo à Av. Almirante Barroso, CEP: 66.087-812, Belém – Pará – Brasil
	Valor total	R\$ 251.848,00
	REAJUSTE	
	Índice	<input checked="" type="checkbox"/> IPCA <input type="checkbox"/> INCC <input type="checkbox"/> INPC <input type="checkbox"/> IGPM <input type="checkbox"/> Outro: (sigla)
	Período	A cada 12 meses .
	PAGAMENTO	
	Forma	Ordem Bancária
	Prazo	Ordem bancária. 10 dias úteis , a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.
	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	Data: 26/04/2024 Hora: 10h00 (Horário de Brasília)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

SUMÁRIO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão..... 4

CLÁUSULA 2

Fundamento legal 4

CLÁUSULA 3

Objeto 5

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação 6

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação 7

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta 9

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances 10

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas 16

CLÁUSULA 9

Habilitação 18



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação 23

CLÁUSULA 11

Recursos..... 23

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas.....24

CLÁUSULA 13

Impugnação do Edital..... 27

CLÁUSULA 14

Disposições finais..... 28



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453
REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

PROMOTOR DO PREGÃO

1.1. Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Governo do Estado do Pará, através da Vice-Governadoria, Órgão integrante da administração pública direta, inscrita no CNPJ nº 03.760.025/0001-81, UASG nº 930287, sediada na Av. Dr. Freitas, nº 2.531, Bairro do Marco, Cep: 66.087-812, Belém/PA, representada pela Diretora Geral de Programas Especiais Sra. SHIRLEY SANTOS ARAÚJO, estará realizando, através da modalidade Pregão, na forma Eletrônica, à aquisição de MICROCOMPUTADORES, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 2021**, e por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, instituído pela Portaria nº 026/2023-GVG de 09 de maio de 2023.

CLÁUSULA 2

FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A presente Licitação será realizada na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com o critério de menor preço, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 2021** (Lei do Pregão que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal); Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03/2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no âmbito do Poder Executivo Federal); Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017 (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional), no que couber; Lei Complementar Federal nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte); Decreto Federal nº 8.538/2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal); Decreto Estadual nº 1.354/2015 (Estabelece diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Estadual; Instrução Normativa SEAD nº 003/2018 (Dispõe sobre a utilização do Banco Referencial de Preços pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual e dá outras providências); Instrução Normativa SEAD nº 002/2018 (Normatiza os procedimentos administrativos para realização de pesquisa de preços no



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

âmbito da Administração); Lei Estadual nº 8.417/2016 (Estatuto da Microempresa e EPP), Lei Estadual nº 8.972/20 (que regula o processo administrativo Estadual); e as exigências estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é à **aquisição de MICROCOMPUTADORES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

Divisão de itens, conforme tabela do item deste edital.

3.3. Os itens a serem licitados são os seguintes descritos no TR.

3.3.1. A licitação observará o seguinte:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	CÓD. SIMAS	UND.	QTD.	VALOR UNT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	KIT MICROCOMPUTADOR COMPLETO, 8GB DDR4, SSD512GB, tela de 21,5", CONFORME DESCRIPTIVO DETALHADO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	213801-2	Und.	40	R\$ 6.296,20	R\$ 251.848,00

CLÁUSULA 4

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

4.2. O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3. É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4. A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

- a. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7. É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

4.8. Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9. O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10. Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem às [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11. As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

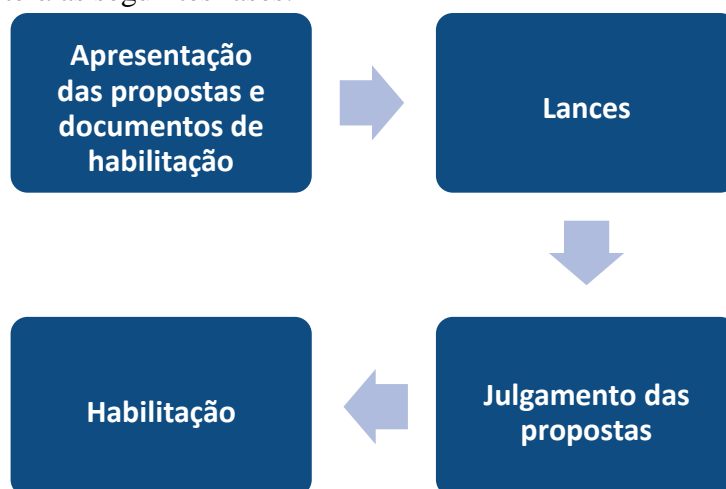
4.12. O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13. A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

FASES DA LICITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. A licitação terá as seguintes fases:



5.2. Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e. Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4. As MEs, EPPs ou Sociedade Cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto no Art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1. Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou Sociedade Cooperativa.

5.5. A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6. Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8. Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10. O valor final (mínimo final) parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- 5.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da Administração.
- 5.12. Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.
- 5.13. O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6

PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:
- Valor do item;
 - Marca;
 - Fabricante;
 - Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.
- 6.2. O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.
- 6.3. Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).
- 6.5. Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.6. A apresentação das propostas obriga cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.
- 6.7. Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.
- 6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

a. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.
- 7.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.4. A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.
- 7.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.
- 7.6. Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 7.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.
- 7.8. Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **total do item**.
- 7.10. Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 7.11. O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.
- 7.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de R\$ 1,00(um real)
- 7.13. O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.14. O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> Aberto e fechado	<p>a. No modo de disputa aberto e fechado, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse tempo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, a partir daí, será aleatoriamente determinado um tempo de até 10 minutos para envio de lances. Terminado este prazo adicional, a recepção de lances será automaticamente encerrada.</p> <p>c. Encerrado o prazo previsto na alínea anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de 5 minutos. Este lance será <i>sigiloso</i> até o encerramento do prazo de 5 minutos.</p> <p>d. No procedimento de que trata a alínea anterior, o LICITANTE poderá manter o seu último lance da etapa aberta ou ofertar um lance melhor.</p> <p>e. Não havendo pelo menos 3 ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer um lance final e fechado no prazo de 5 minutos. Durante este prazo, o lance terá caráter <i>sigiloso</i>.</p>

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem (*A ordem será crescente*, quando adotado o critério de julgamento por menor preço), de valores.

7.16. Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18. No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1. Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir da comunicação automática para tanto.

7.21.3. Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

7.23. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

Desenvolvimento de programa de integridade

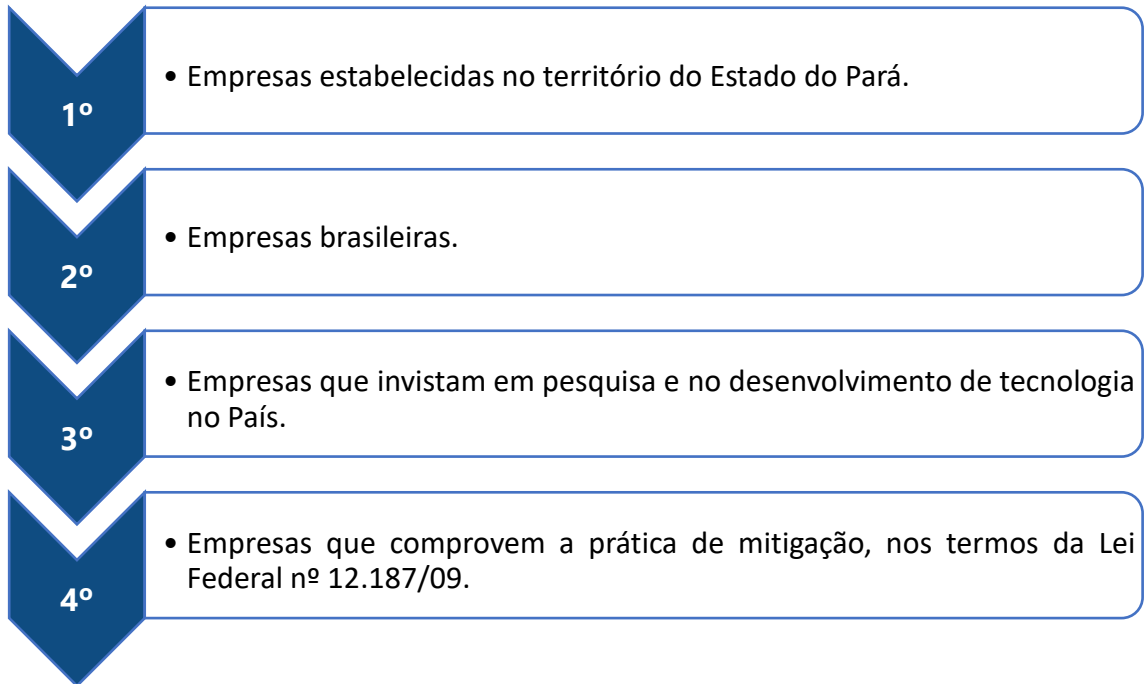
Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453



7.25. Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.26. Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.28. O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.29. O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas horas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30. É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.31. Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

CLÁUSULA 8

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d. Consulta de pessoa Jurídica Consolidada do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3. Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4. O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5. Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Conter vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido

para a contratação;

d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

a. Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e

b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9. Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta ([conforme anexo V](#)).

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

CLÁUSULA 9

HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

9.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4. Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5. É vedada a entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio. A referida vedação de constituição de empresas em consórcio, para o presente objeto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Tal vedação, expressa neste Edital, visa afastar a restrição à competição e, por conseguinte, maximizar o número de participantes no Pregão, uma vez que, no consórcio, diversas empresas são reunidas para apresentação de única proposta, reduzindo o número de potenciais licitantes e/ou incentivando as ilegais práticas de conluio/cartel.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8. Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9. Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10. O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.13. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de (no mínimo, 2 horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICIT-



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

TANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e

b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.19. A comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.20.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.20.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.20.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.20.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.20.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.20.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art.

107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

9.20.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.20.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.21. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

Vice-Governadoria do Estado do Pará, Av. Dr. Freitas, 2531, próximo à Av. Almirante Barroso -
CEP: 66.087-812 – Belém – Pará – Brasil



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

- 9.21.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.21.2. Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.21.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.21.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.21.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.21.8. O licitante detentor do menor preço, na condição microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.22. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 9.22.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.22.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.22.3. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro;
- 9.22.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.22.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;
- 9.22.6. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112, da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

9.22.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores ou igual a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \text{Ativo Total}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.23. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.23.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com as quais o licitante mantém ou manteve contrato pertinente em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação. Para efeito de comprovação dos quantitativos, o Licitante deverá comprovar o **fornecimento de no mínimo 10% do total do item, podendo ser somados os Atestados.**

9.23.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a. Considera-se compatível com o objeto deste certame a apresentação de atestado/certificado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando a execução satisfatória na entrega de objeto compatível, em características e quantidade, com o objeto licitado.

9.23.3. No caso de apresentação de mais de 1 (um) atestado/certificado ou declaração, a verificação da quantidade acima especificada será efetuada considerando a soma das quantidades apresentadas em cada documento.

9.23.4. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.23.5. A existência de restrição relativamente à Regularidade Fiscal e Trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.23.6. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

9.23.7. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à Regularidade Fiscal e Trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.23.8. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a decadência do direito à contratação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.23.8.1. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.23.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.23.10. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, será realizada nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e no art. 8º da Lei Estadual nº 8.417, de 2016, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.23.11. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.23.12. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.24. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

CLÁUSULA 10

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela Autoridade Competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

CLÁUSULA 11

RECURSOS

- 11.1. A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:
- a. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
 - b. O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à Autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:
- a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
 - b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a Autoridade Superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a Autoridade Competente emita a sua decisão final.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 12

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

Infração	Penalidade
a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;	Impedimento de licitar e contratar* * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i> ”.
b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando: 1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;	
2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; 4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;	
c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	
d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;	Multa 15% a 30% do valor do contrato licitado. <i>e</i> Declaração de inidoneidade
e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;	

Multa

0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

e



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

f. Fraudar a licitação;

para licitar e contratar

g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. Agir em conluio ou contra a lei;
2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

12.2. As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas

e orientações dos órgãos de controle.

12.5. A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.9. A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. Da aplicação das sanções, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.14. O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1. Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2. A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3. A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4. A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico de licitacao@vicegovernadoria.pa.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

- 13.5. As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.
- 13.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14

DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 14.8. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.
- 14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

- 14.13. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.13.1. Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
- 14.14. ANEXO II - Mapa de Risco
- 14.15. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
- 14.16. ANEXO IV – Modelo de Proposta
- 14.17. ANEXO V – Planilha de Custo

SHIRLEY SANTOS
ARAUJO:686180
50253

Assinado de forma digital
por SHIRLEY SANTOS
ARAUJO:68618050253
Dados: 2024.04.15
12:44:00 -03'00'

SHIRLEY SANTOS ARAÚJO
DIRETORA GERAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS

PAE nº 2023/1302453

O QUE SERÁ CONTRATADO?						
Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total
1	KIT MICROCOMPUTADOR COMPLETO, 8GB DDR4, SSD512GB, tela de 21,5", CONFORME DESCRITIVO DETALHADO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	213801-2	Unid	40	R\$ 6.296,20	R\$251.848,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO						R\$251.848,00
JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES*						
A Licitação pretendida é de apenas 01 (um) item que será fornecido KIT MICROCOMPUTADOR COMPLETO, 8GB DDR4, SSD512GB, tela de 21,5", conforme descritivo detalhado no estudo técnico preliminar. Dessa maneira não houve necessidade de dividir em lotes, uma vez que os materiais pertencentes ao kit microcomputador são da mesma natureza e guardam relação entre si, sendo vendidos por diversos distribuidores de Microcomputadores. Cabe ressaltar que a escolha de realizar a compra do KIT MICROCOMPUTADOR foi diante da análise realizada pela equipe técnica da PRODEPA NÚCLEO PALÁCIO DO GOVERNO que atua como suporte técnico a esta Vice-governadoria do Estado.						
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO						
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	Faz- se necessária a aquisição de Microcomputadores, visando atender a renovação do parque tecnológico da Vice-governadoria do Estado do Pará.					
NATUREZA DO BEM						
<input checked="" type="checkbox"/> Comum.						



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

<input type="checkbox"/> Especial.	
PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM	
HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: (A prova de qualidade deve ser sempre justificada e deverá ser comprovada por certificação de instituição credenciada pelo CONMETRO). <input checked="" type="checkbox"/> Não.
O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: (A exigência de amostra deve ser justificada). <input checked="" type="checkbox"/> Não.
HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia dos bens indicados no item por, no mínimo, 12 meses, a partir do seu recebimento pela contratante. <input type="checkbox"/> Não.
HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens X e Y , durante N meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meio de empresa credenciada contratada por ele</i> , sem custo para a administração pública. <input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados no item, durante 12 meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meios próprios</i> , sem custo para a administração pública. <input type="checkbox"/> Não será prestada assistência técnica em relação aos itens X e Y .
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y , da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Maior desconto.
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: <i>(Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação).</i> <input checked="" type="checkbox"/> Não.
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado*.
HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	<input type="checkbox"/> Sim. Indicar os itens: <input checked="" type="checkbox"/> Não.
REQUISITOS DA CONTRATADA	
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<div><div><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</div><div>Qual? Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.</div></div> <div><div>Por quê?</div><div>Emitido por clientes anteriores, sejam eles empresas privadas ou órgãos públicos, esse documento confirma a experiência e qualidade do trabalho realizado pela empresa em questão.</div></div> <div><input type="checkbox"/> Não.</div>
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<div><input checked="" type="checkbox"/> Certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de</div> <div>Justificativa: <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</i></div>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	<p>direito público ou privado.</p> <p><input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial.</p> <p>Especificar: (Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</p> <p><input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.</p> <p>Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p> <p>Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p> <p>Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p>
<p>HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</p>	<p>Especificar:</p> <p>1- Os produtos a serem adquiridos devem atender explicitamente aos requisitos do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103/2012 do CSJT).</p> <p>2- A CONTRATADA deverá promover a correta destinação dos resíduos resultantes da prestação do serviço, tais como embalagens, entre outros, observando a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103/2012 do CSJT).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	3- 3- Conformidade com as leis e regulamentações ambientais e sociais: O fornecedor deve estar em conformidade com todas as leis e regulamentações ambientais e sociais aplicáveis <input type="checkbox"/> Não.						
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Especificar: Estão descritos na Análise de Risco anexa a este Termo de Referência. <input type="checkbox"/> Não.						
FORMA DE ENTREGA DO BEM							
COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	<input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, conforme edital. <input type="checkbox"/> O bem deve ser entregue em X parcelas, sendo a 1ª em até Y dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com Z dias de antecedência.						
LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	O bem deve ser entregue na sede da contratante, cujo endereço é Vice-Governadoria do Estado do Pará, Av. Dr. Freitas, 2531, próximo à Av. Almirante Barroso - CEP: 66.087-812 – Belém – Pará – Brasil, no horário à combinar.						
PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE	No caso de bens perecíveis, o seu prazo de validade na data da entrega não poderá ser menor que X dias, conforme prazo total recomendado pelo fabricante.						
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO							
PRAZO DO CONTRATO	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.						
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.						
FORMA DE PAGAMENTO	<table><tr><td>Meio</td><td>Ordem bancária.</td></tr><tr><td>Onde?</td><td>Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.</td></tr><tr><td>Qual o</td><td>Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal</td></tr></table>	Meio	Ordem bancária.	Onde?	Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.	Qual o	Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal
Meio	Ordem bancária.						
Onde?	Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.						
Qual o	Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal						



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	<p>prazo? (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.</p>
	<p>A regularidade fiscal pode ser provada:</p> <p>Prova da regularidade fiscal</p> <p>1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante.</p> <p><i>ou</i></p> <p>2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.</p>
<p>QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato.</p> <p>Justificativa: <i>(O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não há.</p> <p>Justificativa: <i>(A não exigência de garantia deve ser justificada).</i></p>
<p>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</p>	
<p>DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO</p>	<p>UO: 320101 Programa de Trabalho: 04.122.1297.8338 – Operacionalização das Ações Administrativas Natureza de Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente Plano Interno: 4110008338E Fonte: 01500000001-000000 Origem dos Recursos: Tesouro Estadual</p>

Belém (PA), 20 de março de 2024.

Raimundo Fábio Coutinho de Souza
Diretor de Material e Patrimônio – DMP
Vice-Governadoria do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 001/2024/GVG.
Processo Administrativo nº 2023/1302453

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE			
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	Faz-se necessária a aquisição de Microcomputadores, visando atender a renovação do parque tecnológico da Vice - Governadoria do Estado do Pará. Como acontece com a maioria das tecnologias, os equipamentos de TI sofrem um processo de depreciação natural, que associado ao avanço tecnológico, exige uma renovação periódica do parque tecnológico, de forma a garantir a compatibilidade e disponibilidade de recursos de TI adequados à necessidade dos usuários.		
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO			
QUAL O TIPO DE OBJETO?	(X) Aquisição de Bem.		
	() Prestação de Serviço.		
QUAL A NATUREZA ?	() Continuada.		
		(X) Não continuada.	
QUAL A VIGÊNCIA?	() 30 dias (pronta entrega).		
	() 180 dias.		
	(X) 12 meses.		
	() Indeterminado.		
	□ Outro: nnn	□ dias.	
		□ meses.	
□ anos.			
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	(X) Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.		
	() Não.		
	() Não se aplica porque o prazo é indeterminado.		
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	() Sim	Contrato nº:	nnnn/aaaa.
		Prazo final:	dd/mm/aaaa.
	(x) Não		
PADRÃO	Item	Descrição detalhada	



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

MÍNIMO DE QUALIDADE	1	KIT MICROCOMPUTADOR: <ul style="list-style-type: none">• Desktop padrão small form fator mini/micro com volume máximo de 1,5 litros e peso total inferior a 2.000g;• Deve possuir consumo típico inferior a 80W;• Gabinete:<ul style="list-style-type: none">• Deve possuir botão liga/desliga;• Possuir indicadores liga/desliga na parte frontal;• Luz de atividade do disco rígido;• Permitir a colocação de dispositivo antifurto (dispositivo de travamento);• Processador: o Processador de 64bits com no mínimo 6 (seis) núcleos físicos e 12 (seis) threads ou superior, frequência de operação mínima de 1.70GHz por núcleo;• Frequência turbo max de no mínimo 4.60 GHz;• Cache mínimo de 18 MB;• Instruções de virtualização: SIM.• Memória:<ul style="list-style-type: none">• Deverá vir com no mínimo 8 (oito) GB de memória e frequência mínima de 2666MHz;• Placa mãe:
----------------------------	---	--



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	<ul style="list-style-type: none">• Placa mãe do mesmo FABRICANTE do microcomputador. Não será aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado compatível com o projeto do gabinete.• BIOS:• BIOS desenvolvida pelo mesmo FABRICANTE do computador, não sendo aceito soluções customizadas em regime de OEM implementada em "flash memory", atualizável sem troca do chip, atualizável remotamente através da nuvem ou da rede, no idioma inglês ou português do Brasil, com possibilidade de habilitar/desabilitar portas USB e com senhas de setup para usuário e supervisor;• Deverá possuir chip TPM ou fTPM integrada a placa mãe. Não serão aceitas adaptações através de USB ou cartões;• Deverá possuir BIOS no próprio hardware com cópia de segurança capaz de restaurar automaticamente, caso a BIOS seja corrompida ou ocorra falha durante sua atualização;• A BIOS e suas ferramentas deverão possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;• Deverá permitir salvar as configurações da BIOS em um arquivo e carregá-las em outro equipamento (de forma individual e de forma massiva) do mesmo modelo, estando este com senha configurada de configurações e políticas de segurança;• Deverá possuir sistema integrado de diagnóstico acessado através das teclas de função durante o boot que permita verificar a saúde do sistema bem como diagnóstico na BIOS em modo gráfico com uso de teclado e mouse, capaz de verificar os seguintes itens:<ol style="list-style-type: none">1. Unidades de Armazenamento (varredura de todos os blocos de armazenamento);2. Funcionalidade de Portas USB;3. Interface gráfica;4. Processador;5. Memória RAM (varredura de todos os blocos de memória);6. Bateria;7. A mensagem de erro gerada por este diagnóstico deverá ser o suficiente para abertura de chamado do equipamento durante o período de vigência da garantia• Armazenamento:• Controladora de discos integrada à placa-mãe, com taxa mínima de transferência de 6.0 Gb/s;• Unidade de armazenamento SSD (Solid State Drive) PCIe NVMe com, no mínimo 512GB, compatível com o microcomputador. Com capacidade mínima de leitura dinâmica sequencial de 1500 MB/s e capacidade de escrita sequencial de 1000 MB/s. Esta solução deverá ser comprovada através do catálogo técnico do fabricante sob pena de desclassificação.
--	--



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	<ul style="list-style-type: none">• Controladora de Vídeo:• Controladora de vídeo on-board, com suporte à aceleração 3D por hardware compatível com DirectX11, Open GL 3.0, Open CL1.1, ou superior;• Deve ter no mínimo 02 (duas) saídas padrão: DisplayPort;• Tipo de memória: compartilhada ou dedicada. Se compartilhada, o compartilhamento deve ser dinâmico, ou seja, o equipamento deve alocar a memória dinamicamente baseado na demanda do sistema e aplicações, podendo este variar entre 128Mb e 512Mb ou mais. Quando a memória não for mais necessária pela aplicação, a porção de memória alocada deve ser dinamicamente devolvida para o sistema operacional para outros usos;• Com suporte decoder H.264 e MPEG2 por hardware a reprodução de vídeo Full HD em 30fps.• Áudio:• Controladora de áudio de alta definição integrada;• Conector de áudio/microfone(frontal), do tipo combo;• Deve possuir suporte a áudio via HDMI.• Barramentos e interfaces de comunicação: <p>Devem possuir no mínimo seis (06) portas USB no total;</p> <p>Portas frontais: 2 (duas) portas USB 3.0 ou superior;</p> <p>Portas na parte traseira do equipamento: 2 (duas) portas USB 3.0 ou superiores e 2 (duas) portas USB 2.0 ou superiores. Não serão aceitos hubs.</p> <p>Conectividade:</p> <p>Deve possuir interface de rede padrão Gigabit Ethernet com porta RJ45, compatível com 10/100/1000 MB/s, Full-Duplex e Plug-and-Play;</p> <p>• Deve possuir interface Wireless LAN, no mínimo padrão 802.11 ac onboard com antena interna ou externa;</p> <p>Deve possuir conectividade Bluetooth 5.2 ou superior.</p> <p>• Fonte de alimentação:</p> <p>Fonte de alimentação externa com chaveamento automático entre 100- 240 Volts e 50/60Hz, com capacidade para suportar a máxima configuração do item ofertado.</p> <p>Teclado:</p> <p>Teclado Alfanumérico, interface USB, padrão ABNT2, com no mínimo 105</p> <p>teclas padrão, sendo obrigatório “Ç”;</p> <p>O teclado deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador.</p> <p>Mouse:</p> <p>Mouse óptico, interface USB, mínimo de 2 (dois) botões e scroll, com resolução mínima de 1000DPI, devidamente comprovada na especificação do produto;</p>
--	--



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	<p>O mouse deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador.</p> <p>Monitor:</p> <p>Monitor de 21,5” ou superior; LED FULL HD; Padrão de furação: VESA para suporte 100 x 100mm; Ângulo de Inclinação: -5° a 20°; Ângulo de Visão: 178° (H), 178° (V); Fonte de alimentação interna (100V – 240V); Taxa e Tempo de resposta: no máximo 8 ms (normal); no máximo 5 ms (rápido); Frequência: 60Hz; Relação largura-altura: 16:9. Resolução máxima: 1920 x 1080 (FULL HD); Relação de Contraste de no mínimo: 1000:1; Possuir no mínimo 02 (duas) interfaces de conectividade, onde uma delas deverá ser display port; O monitor deverá vir acompanhado da base/suporte; Deverá vir com todos os cabos para as conexões inclusos; • O produto deverá ser do mesmo fabricante do computador.</p> <p>Sistema operacional:</p> <p>Deverá possuir Sistema Operacional Windows 10 Pro Single Language, de 64 bits, em Português (Brasil);</p> <p>Características gerais:</p> <p>Os microcomputadores deverão ser novos e entregues em suas embalagens originais do FABRICANTE;</p> <p>Vir acompanhado de todos os cabos necessários ao funcionamento do equipamento. O cabo de alimentação deverá estar em conformidade com a norma da ABNT NBR 14136:2002, obedecendo ao novo padrão brasileiro de plugues e tomadas;</p> <p>Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada.</p>
--	--



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

Há critérios de SUSTENTABILIDADE?	(x) Sim	Especificação: 1- Os produtos a serem adquiridos devem atender explicitamente aos requisitos do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103/2012 do CSJT). 2- A CONTRATADA deverá promover a correta destinação dos resíduos resultantes da prestação do serviço, tais como embalagens, entre outros, observando a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103/2012 do CSJT). 3- Conformidade com as leis e regulamentações ambientais e sociais: O fornecedor deve estar em conformidade com todas as leis e regulamentações ambientais e sociais aplicáveis.
	() Não	
HÁ Necessidade de TREINAMENTO?	() Sim	
	(x) Não	
LEVANTAMENTO DE MERCADO		
ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	() Consulta a fornecedores.	(X) Contratações similares.
	(X) Paine	() Audiência pública.
	(X) SIMAS (Banco de Preços do Estado)	
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	A escolha pela aquisição de novos equipamentos foi baseada na análise da vantagem dos aspectos técnicos e econômicos da solução, considerando: a) A necessidade de renovação e ampliação imediata do parque de estações de trabalho da Vice-governadoria do Estado; b) Inviabilidade econômica de atualização tecnológica dos equipamentos atualmente em uso, em função de sua obsolescência tecnológica e dos custos relacionados à substituição de partes; c) Inviabilidade econômica da aquisição de serviço de suporte técnico / manutenção para o parque de estações de trabalho em uso, devido ao seu atual estado de conservação; d) A necessidade de aquisição de diferentes perfis técnicos de equipamentos para atender às demandas de diferentes grupos de	



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	usuários. e) Pela realidade da Vice-governadoria de possuir hoje algumas máquinas cedidas pela Casa Civil.	
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES ?	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO		
O QUE SERÁ CONTRATADO?	Aquisição de Microcomputadores completos (monitor, mouse, teclado, etc.), de acordo com especificações acima descritas, em atendimento à Vice-governadoria do Estado do Pará.	
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	() Não há.	Justificativa: Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 , no percentual de 5% do valor contratual, para o caso de eventuais despesas de assistência técnica, transporte ou manutenção dos equipamentos.
	() 90 dias.	
	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.	
	<input type="checkbox"/> Outro:	<input type="checkbox"/> dias.
		<input type="checkbox"/> meses.
		<input type="checkbox"/> anos.
HÁ NECESSIDADE de assistência Técnica	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Justificativa: A contratada deverá prestar os serviços de assistência técnica e manutenção dos equipamentos, <i>sempre que os mesmos apresentarem falhas de funcionamento, em função de defeitos inerentes aos mesmos, no prazo máximo de 48 horas, após a comunicação feita pelo CONTRATANTE, por meio da gestão do contrato.</i> Garantia e suporte: <ul style="list-style-type: none">O equipamento (Desktop, Teclado,
	<input type="checkbox"/> Não	



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

		<p>Mouse, Monitor) proposto deverá possuir garantia do fabricante de 12 (doze) meses, com cobertura em todo o território nacional, para reposição de peças, mão de obra e atendimento On site;</p> <ul style="list-style-type: none">• A garantia on site deverá obedecer aos seguintes padrões de atendimento: O fabricante deverá possuir uma central de atendimento tipo 0800 ou que aceite ligações a cobrar para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema;• O atendimento às chamadas técnicas durante o período de garantia, deverá ser de 8 horas por dia, 5 dias por semana, com atendimento no local em até 02 (dois) dias úteis após abertura do chamado; <p>Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus pela contratante a parte ou peça defeituosa;</p>
Há necessidade de Manutenção	(x) Sim () Não	Descrever solução: <i>Os serviços de manutenção dos equipamentos, se necessário, com eventuais reposições, sempre que os mesmos apresentarem falhas de funcionamento, em função de defeitos inerentes aos mesmos, serão prestados pela Contratada sem quaisquer ônus adicionais aos pactuados.</i>
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO		
COMO SE OBTVEU O QUANTITATIVO ESTIMADO?	<input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores	<input type="checkbox"/> Análise de contratações similares.
	(x) Outro.	Especificar: Foi levado em consideração o número total de servidores públicos que trabalham



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

		atualmente na Vice-governadoria do Estado, que necessitam de atualização de microcomputadores			
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	Não foi necessário realizar memória de cálculo para estimativa do quantitativo com base na metodologia utilizada, indicando eventuais inconsistências no dimensionamento, como objeto insuficiente ou excessivo.				
ESPECIFICAÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	
	1	KIT MICROCOMPUTADOR COMPLETO, 8GB DDR4, SSD512GB, tela de 21,5"	UND.	40	
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO					
MEIOS USADOS NA PESQUISA	(x) Painel de preços.		(X) Contratações similares.		
	(x) Simas.		() Fornecedores.		
	() Internet.	<input type="checkbox"/> Outro.	Especificar: (Indicar o meio).		
ESTIMATIVA DE PREÇO	Item	Descrição	Valor Unit.	Qtd.	Valor Total
				TOTAL	R\$ 251.848,00
JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO					
A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	() SIM				
	(X) NÃO	Por Quê?	() Objeto indivisível.	() Perda de escala.	
			(x) Tecnicament e inviável.	(x) Economicamente inviável.	
			() Aproveitamento da competitividade.	() Outro. Especificar: (Indicar o motivo).	
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES					

HÁ CONTRATAÇÕES	<input type="checkbox"/> Sim.	Especificar: (Indicar o PAE e o número do contrato administrativo, especificando o seu objeto
-----------------	-------------------------------	---



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?		correlato/interdependente).
	(x) Não. A presente contratação ocorre de forma independente, não se vinculando a qualquer outra contratação para que possa surtir seus efeitos.	
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO		
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	<input type="checkbox"/> Sim.	Especificar item do PCA:
	(x) Não.	Providências: Ainda não foi elaborado o Plano de Contratações Anual, devido não possuir Decreto Estadual de regulamentação e nem sistema parametrizado com o PNCP.
RESULTADOS PRETENDIDOS		
QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	(X) Manutenção do Funcionamento Administrativo	<input type="checkbox"/> Redução de Custos
		<input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos
	() Redução dos Riscos do Trabalho	<input type="checkbox"/> Ganho de Eficiência
	() Serviço/Bem de Consumo	<input type="checkbox"/> Realização de Política Pública
	() Outro.	Especificar:
PROVIDÊNCIAS PENDENTES		
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	() Sim.	
	(X) Não.	
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO		
HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim.	Especificar os impactos: (Detalhar).
		Especificar as medidas de mitigação dos impactos: (Detalhar).
	(x) Não.	
CONCLUSÃO		
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	(X) Sim.	
	<input type="checkbox"/> Não.	

Portanto, solicitamos que V.S. autorize a abertura de um processo administrativo para a presente aquisição, visando atender a renovação do parque tecnológico da Vice-governadoria do Estado do Pará.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

Para tanto, submete-se à apreciação superior destacando que o mesmo foi elaborado em observância às normas vigentes, em especial a Lei nº 14.133/2021.

Belém (PA), 13 de março de 2024.

Catarina Nogueira Nascimento
Setor de Compras/DMP
Vice-Governadoria do Estado do Pará



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

ANEXO II
ANÁLISE DE RISCO
PAE nº 2023/1302453

ID RISCO		DETALHAMENTO	
RISCO 01	IDENTIFICAÇÃO:	PROBLEMAS NO PROCESSO DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TI	
	PROBABILIDADE	ALTA	
	ID	DANO	IMPACTO
	1.	Atraso no processo de contratação	Alto
	ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
	1.	Cumprimento dos prazos para contratação, revisar e acompanhar as mudanças nos documentos de planejamento da contratação que influenciam no descumprimento do cronograma.	Unidade demandante
	2.	Elaborar os documentos de planejamento da contratação com estrita observância à legislação e normativos complementares.	Unidade demandante
	ID	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	1.	Dedicação exclusiva da unidade demandante	Unidade demandante
ID RISCO		DETALHAMENTO	
RISCO 02	IDENTIFICAÇÃO:	CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO	
	PROBABILIDADE	MÉDIA	
	ID	DANO	IMPACTO
	1.	Parte do parque computacional ficará sem garantia de manutenção.	Médio
	ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	1.	Verificar outras possibilidades de orçamento para realizar a contratação.	Unidade demandante
	ID	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	1.	Demonstrar claramente à alta gestão quanto à importância da contratação	Unidade demandante
ID RISCO		DETALHAMENTO	
RISCO 03	IDENTIFICAÇÃO:	FALHA NA CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO	
	PROBABILIDADE	BAIXA	
	ID	DANO	IMPACTO
	1.	Não atendimento das necessidades da contratação	Alto
	2.	Descontinuidade dos serviços.	Alto
	ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
	1.	Definir requisitos técnicos alinhados às necessidades do negócio e aos objetivos da contratação.	Equipe de TI
	2.	Revisar os artefatos de planejamento da contratação para avaliar se atendem às necessidades e aos objetivos propostos.	Unidade demandante
	ID	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	1.	Corrigir os artefatos de planejamento da contratação para resolver as falhas identificadas.	Unidade Demandante



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	2.	Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação detalhando minuciosamente as características do objeto da contratação.	Unidade demandante
	ID RISCO	DETALHAMENTO	
RISCO 04	IDENTIFICAÇÃO:	FALHA NA JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO	
	PROBABILIDADE	BAIXA	
	ID	DANO	IMPACTO
	1.	Não atendimento ao princípio da motivação dos atos administrativos.	Alto
	2.	Impossibilidade ou atraso da contratação.	Alto
	ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
	1.	Justificar a necessidade dos requisitos técnicos exigidos, alinhando-se às necessidades da contratação, principalmente quando implicarem em redução da competitividade do processo seleção do fornecedor.	Equipe de TI
	2.	Avaliar se os requisitos exigidos são os estritamente necessários e justificáveis para o atendimento das expectativas da contratação proposta.	Unidade demandante
	ID	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	1.	Caso seja negada a continuidade da contratação, instituir nova equipe de planejamento da contratação e promover uma nova contratação.	Autoridade Superior
	2.	Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação exigindo apenas os requisitos estritamente necessários e justificáveis para o atendimento das expectativas da contratação proposta.	Unidade Demandante
ID RISCO		DETALHAMENTO	
RISCO 05	IDENTIFICAÇÃO:	RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE	
	PROBABILIDADE	BAIXA	
	ID	DANO	IMPACTO
	1.	Elevação do preço da contratação	Alto
	2.	Suspensão da contratação	Alto
	3.	Direcionamento indevido do objeto	Alto
	ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
	1.	Evitar a inclusão de requisitos excessivos e que restringem a competitividade, se atentando apenas aos requisitos estritamente necessários para atender o objetivo da contratação.	Equipe de TI
	2.	Avaliar se os requisitos exigidos são os estritamente necessários e justificáveis para o atendimento das expectativas da contratação proposta.	Unidade demandante



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	ID	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	1.	Supressão dos critérios restritivos	Unidade demandante
	2.	Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação exigindo apenas os requisitos estritamente necessários e justificáveis para o atendimento das expectativas da contratação proposta.	Unidade demandante
RISCO 06	ID RISCO	DETALHAMENTO	
	IDENTIFICAÇÃO:	FALHA NA PESQUISA DE PREÇOS	
	PROBABILIDADE	BAIXA	
	ID	DANO	IMPACTO
	1.	Elevação dos preços ou inexecutabilidade das propostas	Alto
	2.	Impossibilidade de contratação	Alto
	ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
	1.	Seguir os procedimentos para a realização de pesquisa de preços de acordo com o Decreto Estadual nº 2.734/2022, de 07 de novembro de 2022.	Setor de Compras
	2.	Ampliar a pesquisa de preços, não se restringindo a apenas três propostas.	Setor de Compras
	3.	Avaliar se os procedimentos adotados estão de acordo com os requisitos normativos.	Setor de Compras



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	4.	Levar em consideração os questionamentos das empresas concorrentes.	Equipe de TI
	ID	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	1.	Refazer os procedimentos para a realização de pesquisa de preços de acordo com o Decreto Estadual nº 2.734/2022, de 07 de novembro de 2022.	Setor de Compras
ID RISCO		DETALHAMENTO	
RISCO 07	IDENTIFICAÇÃO:	IMPUGNAÇÕES OU INTERPOSIÇÕES DE RECURSOS	
	PROBABILIDADE	MÉDIA	
	ID	DANO	IMPACTO
	1.	Atraso no processo de contratação	Médio
	2.	Suspensão da contratação	Alto
	3.	Impossibilidade de contratação	Alto
	ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
	1.	Elaborar e revisar criteriosamente os artefatos de planejamento da contratação de acordo com os normativos vigentes.	Unidade demandante
	2.	Avaliar e realizar os ajustes recomendados pela Consultoria Jurídica para sanar inconformidades dos documentos de planejamento da contratação com a legislação vigente.	Unidade demandante
	ID	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

	1.	Empenhar-se no atendimento aos pedidos de esclarecimento buscando nos repositórios legais e jurisprudenciais os elementos de sustentação das opções adotadas para a contratação.	Unidade demandante
	2.	Caso seja negada a continuidade da contratação, instituir nova equipe de planejamento da contratação e promover uma nova contratação.	Autoridade Superior
	3.	Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação com estrita observância à legislação e normativos complementares.	Unidade demandante
	1.	Dedicação exclusiva da unidade demandante	Unidade demandante

Belém (PA), 20 de março de 2024

Raimundo Fábio Coutinho de Souza
Diretor de Material e Patrimônio – DMP
Vice-Governadoria do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

RESUMO



CONTRATANTE

Estado do Pará | Nome do órgão
CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX (do órgão).

ou

Nome da entidade | Natureza jurídica
CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX.

CONTRATADO

Nome da pessoa física
CPF nº XXX.XXX.XXX-XX.

ou

Nome da razão social da pessoa jurídica
CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX.



OBJETO

Aquisição de [inserir descrição resumida da contratação],
constantes nos itens **a, b, c e d** do TR.



ENTREGA

Forma Em parcela única.

Prazo **X dias corridos** após a emissão da nota de empenho.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

Local [Inserir o local em que o bem deve ser entregue].

VALOR TOTAL
R\$ R\$ 251.848,00

REAJUSTE

Índice ☒ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☐ IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa** (data do orçamento estimado).

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **X dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor]. (Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do contrato).

VIGÊNCIA

Prazo **12 meses**.

Início **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

Fim **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

SUMÁRIO

CLÁUSULA 1	
Partes	56
CLÁUSULA 2	
Fundamento legal	56
CLÁUSULA 3	
Objeto	57
CLÁUSULA 4	
Entrega dos bens	Erro! Indicador não definido.
CLÁUSULA 5	
Preço	57
CLÁUSULA 6	
Dotação orçamentária.....	58
CLÁUSULA 7	
Reajuste	58
CLÁUSULA 8	
Pagamento.....	59
CLÁUSULA 9	
Garantia de cumprimento contratual	60
CLÁUSULA 10	
Obrigações das partes	61
CLÁUSULA 11	
Responsabilidade por danos.....	64
CLÁUSULA 12	
Infrações e sanções administrativas	65
CLÁUSULA 13	
Alterações do contrato	68
CLÁUSULA 14	
Extinção do contrato	68
CLÁUSULA 15	
Fiscalização	69



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

CLÁUSULA 16	
Interpretação	69
CLÁUSULA 17	
Tratamento adequado dos conflitos.....	69
CLÁUSULA 18	
Divulgação e publicação	69
CLÁUSULA 19	
Vigência	70
CLÁUSULA 20	
Foro.....	70



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

ESTADO DO PARÁ, por intermédio de **[NOME DO ÓRGÃO]**, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx (do órgão), com sede na [inserir endereço], neste ato representado pelo **[NOME DO TITULAR DO ÓRGÃO e cargo]**.

ou

NOME DA ENTIDADE, [natureza jurídica], CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado pelo **[NOME DO TITULAR DA ENTIDADE e cargo]**.

NOME DA PESSOA FÍSICA, RG nº xxxxx PC/UF e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

ou

CONTRATADO

NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por **[NOME DO REPRESENTANTE DA PJ]**, RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº 01/2024**, constante no PAE nº 2023/1302453 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/2.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto da contratação é a **aquisição de 40 (quarenta) MICROCOMPUTADORES**, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor e aos anexos desses documentos.

3.3 Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	Objeto	Simas	Qtd.	Vlr.Unt.	Vlr.Total
1	KIT MICROCOMPUTADOR COMPLETO, 8GB DDR4, SSD512GB, tela de 21,5", CONFORME DESCRITIVO DETALHADO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	213801	40	R\$ 6.296,20	R\$ 251.848,00
Valor Total					R\$ 251.848,00

CLÁUSULA 4

ENTREGA DOS BENS

As condições de entrega e recebimento dos bens adquiridos são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é **R\$ 251.848,00** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas desta contratação estão programadas em dotação do orçamento do Estado do Pará para o exercício de **2024** na classificação:

UO: 320101

Programa de Trabalho: 04.122.1297.8338 – Operacionalização das Ações Administrativas

Natureza de Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Plano Interno: 4110008338E

Fonte: 01500000001-000000

Origem dos Recursos: Tesouro Estadual

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo **[IPCA]**.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa** (inserir data do orçamento estimado).

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, (conforme o Termo de Referência), a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência xxxx-x.

Conta xxxxxx-x.

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

☐ **9.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

☐ **9.1** O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

9.2 A garantia corresponderá a **5%** (de acordo com o Termo de Referência) do valor atualizado do contrato.

9.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados são:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

Banco Banpará.

Agência XXXX-X.

Conta XXXXXX-X.

9.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

9.5 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

9.6 Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **x dias úteis** (inserir número de dias), a contar de sua notificação.

9.7 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação.

9.8 A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.

9.9 Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

9.10 A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de 12 meses (conforme Termo de Referência), no mínimo.

CLÁUSULA 10

Obrigações das partes

As PARTES tem a obrigação de:

Contratante	Contratado
a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.	a. Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência, acompanhado do manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
b. Receber o objeto no prazo e condições	b. Aceitar acréscimos ou supressões



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

- | | | | | |
|---------------------------------------|--|---|----------|------|
| estabelecidas no Termo de Referência. | | unilaterais | impostos | pelo |
| | | CONTRATANTE de até 25% do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente. | | |
- c.** Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- c.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- d.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- d.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e.** Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- e.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- f.** No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g.** Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.
- g.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

devidos ou da garantia.

- h. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
 - 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 - 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 - 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 - 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
 - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- i. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- j. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

qualificação, na contratação direta.

- l.** Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m.** Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o.** Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Impedimento de licitar e contratar</i> ”.
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar*
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i> ”.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Declaração de inidoneidade
para licitar e contratar**

12.2 O atraso superior a **30 dias corridos** (inserir o número de dias) autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
<i>Moratória</i>	<i>Compensatória</i>
a. 0,5% (inserir o percentual) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de x dias corridos (inserir o número de dias).	0,10% (inserir o percentual) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.
b. 25% (inserir o percentual) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 10(dez) dias corridos (inserir o número de dias) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.	



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a.** A natureza e gravidade da infração.
- b.** As peculiaridades do caso.
- c.** As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d.** Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e.** A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

(CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelas servidoras **TITULAR: CATARINA NOGUEIRA NASCIMENTO**, CPF nº 037.782.572-77, matrícula nº 5956775/3 e Suplente: **JÚLIA COSTA DE VILHENA**, CPF nº 020.787.712-18, matrícula nº 5969947/1, ambas lotadas na Vice-Governadoria do Estado conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **dd/mm/aaaa** (inserir data) e término em **dd/mm/aaaa** (inserir data).

19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Cidade (PA), 15 de abril de 2024.

NOME DO TITULAR

Cargo

Contratante

NOME DO CONTRATADO

Nome do representante, se não for PF

Contratado

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Testemunha

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Testemunha



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Prezados Senhores, em atenção ao Pregão Eletrônico nº 01/2024 - GVG, estamos apresentando nossa proposta comercial para fornecimento dos itens listados abaixo, a esta GVG, conforme descrição do termo de referência. Os preços unitários e o total dos itens por nós cotados para fornecimento são os relacionados abaixo:

Item	Especificação do Objeto	Marca/ Modelo	Qtd.	Vlr.Unt.	Vlr.Total

Declaramos, expressamente, o pleno conhecimento e concordância com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como todas as obrigações especificadas no termo de referência. Caso nos seja homologado o objeto da licitação, comprometemo-nos a fornecer os materiais no prazo determinado, em conformidade com o instrumento convocatório, e para esse fim fornecemos os seguintes dados: Razão Social:

CNPJ/MF:----- Endereço: -----FONE: ----- CEP: -----

Cidade:-----

UF: ----- Banco: ----- Agência: ----- nº C/C:-----

DADOS DO REPRESENTANTE:

NOME:

CARGO:

RG:

CPF:

Vice-Governadoria do Estado do Pará, Av. Dr. Freitas, 2531, próximo à Av. Almirante Barroso -
CEP: 66.087-812 – Belém – Pará – Brasil



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VECE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

TELEFONE:

FONE:

E-MAIL: _____

Cidade (UF), de de 20...

.....

(Nome, dados e assinatura do representante legal do licitante)

Observação:

- 1) Nos valores acima deverão estar compreendidas, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO GVG Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023/1302453

ANEXO V

MODELO/PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

ITEM	DESCRIÇÃO		VLR.UNIT.
	1	Preço de custo	
	2	Transporte	
	3	Despesa pessoal	
	4	Despesa administrativa	
	5	Lucro	
	6	Tributos Totais	
		PREÇO FINAL	